

## AS FORÇAS ARMADAS NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO: O GOVERNO FIGUEIREDO \*



Jorge Zaverucha  
Pesquisador do CEHIBRA  
da Fundação Joaquim Nabuco

### INTRODUÇÃO

No preâmbulo do primeiro Ato Institucional que não tinha número por ser único, a Revolução(1) mostrava o intuito de **automilitar seu poder**. Uma intenção digna de registro, mas que pecava pela ingenuidade; afinal de contas, qualquer sociedade que se modernize e se complexifique tende a criar, naturalmente, novos loci de poder, novas lideranças que pugnam pelo dinamismo no sistema político.

Adicione-se o fato que o regime pós-64 não pôde dissimular uma forte tradição brasileira; a questão da representação que carrega consigo a necessidade de pleitos eleitorais, mesmo sob o tacão de regras continuístas. Este é um belo exemplo da tensão existente no Brasil, país capaz de estar comprometido com valores (mercê da tradição liberal da cultura política nacional), mas não com a prática liberal, dada à inexistência em nossa história política de uma experiência verdadeira do que seja a moderna democracia representativa.

“Um sistema puro de poder”, lembra Wanderley Guilherme dos Santos,(2) “não consegue estabilizar-se; ou cresce permanentemente para absorver sempre e sempre as novas áreas relevantes da vida comunitária, ou aceita definhar relativamente na medida que outras facções passam a controlar os novos focos de poder. A não ser que a sociedade permaneça estagnada, nenhum poder autoritário se estabiliza, devendo enfrentar sempre o dilema de se tornar ainda mais autoritário, se puder, ou cedo ou tarde, deixar de sê-lo”. Como se sabe, o governo militar autoritário, ao sentir que uma nova força política surgiu com ideais distintos e com base social diferente da sua, demonstrou ter conhecimento ao detectar para onde caminhava a roda histórica, e sabedoria ao se preparar, em tempo, para embarcar (sem deixar grandes vestígios) na nova trilha da transição democrática.

Estudar o papel das Forças Armadas, especificamente no Governo Figueiredo\*\*, nesta transição, não deixa de ser uma tarefa arriscada, devido à exigüida-

\* Versão adaptada do texto original apresentado no 9º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), Água de São Pedro, São Paulo, outubro de 1985.

\*\* Resolvi, propositadamente, concentrar-me no comportamento da instituição castrense no Governo Figueiredo, pois julgo que a partir de um preciso entendimento de como as Forças Armadas se prepararam para receber a Nova República, poderemos vir a entender as novas características de sua postura no Governo Sarney, tema ao qual, por precaução, não ousei, neste trabalho, tecer considerações devido ao curto período de existência dessa nova fase da política nacional.

de do tempo histórico decorrido e do uso de fontes jornalísticas como material de informação. Nada, impede, todavia, que uma análise séria possa ser executada.

Assim sendo, mergulhei na história da distensão política privilegiando o setor castrense, que é o escopo deste trabalho, e ao final refleti sobre o modelo genérico do Professor Adam Przeworski sobre transição de regimes autoritários, com o intuito de melhor compreender o que se passava por aqui.

Para isto não hesitei, respeitando as devidas peculiaridades, em comparar a experiência espanhola com a nossa. Afinal, ambas são exemplos de ruturas pactuadas: a Espanha já chegou à democracia, mas o Brasil tem um longo caminho a percorrer.

## A FORÇA DAS FORÇAS ARMADAS

### 2.1 O Exército

De acordo com Edmundo Coelho, três processos marcaram a evolução do Exército:

- a) o peso crescente dos interesses e necessidades próprias da organização como fatores de seu comportamento político;
- b) a aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema societal e com relação a segmentos particulares deste;
- c) um "fechamento" progressivo aos influxos da sociedade civil (3).

Hoje, 1985, pode-se aquilatar em que sentido caminhou este processo evolutivo. O ciclo revolucionário(4), que ora se encerra, demonstrou que as Forças Armadas ao solidificar a capacidade organizativa em definir seus valores e objetivos, passou a se situar nem acima nem abaixo dos interesses de classe. Ela antes de tudo defende o *status quo* segundo sua própria visão, pois está muito mais preocupada na sua reprodução social, do que em ser "cão de guarda" de quem quer que seja, em que pese continuem se achando guardiães do Estado.

Há a tentativa de se trazer a metonímia para o campo da política, na medida em que doutrinariamente procura-se associar a lealdade à instituição com a lealdade ao Estado. No bojo deste processo transnominativo, nada salutar, entende-se o motivo pelo qual o artigo 14 da lei magna de 1891 dizia que "as forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior e "a força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais", enquanto a Constituição de 1964 substituía os termos grifados acima por: "garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem" (5).

A artimanha é burlar a rigidez da obediência à lei pela vaguidade da interpretação do que vem ser a ordem. Esta ordem não há como negar que reconhece o caráter hegemônico da burguesia — já que nunca houve alguma intervenção militar com o propósito de socializar os meios de produção. Isto não implica em coincidência automática de interesses, como aconteceu durante o período da atual transição, quando a classe empresarial rompeu a aliança burguesia-militar também em protesto contra o crescente poder da tecnoburocracia estatal. A questão é não cair no chavão tradicional de que "as intervenções castrenses em última instância serviram aos interesses da burguesia", pois, no final de contas,

todo movimento que almeje aluir o sistema capitalista de um modo não revolucionário se adaptaria ao refrão. Por exemplo, correremos o risco de nivelar o Fascismo às intervenções marciais brasileiras, em nome de um economicismo infantil que teimaria em menosprezar a instituição que está no poder, privilegiando expressões de classe.

Está embutida nesta concepção tutelar o antigo desprezo pela capacidade civil de preservar os interesses da Nação. Este messianismo supra-social e metasocial, lembrado por Rouquié, se fez presente na entrevista concedida pelo presidente Figueiredo à TV Manchete, em janeiro de 85. Indagado se tinha sido um choque trocar a caserna pelo mundo político, afirmou: "Foi, porque eu pensei que eu pudesse agir, fora do quartel, como eu agia dentro do quartel. Ai é que eu me dei mal. A massa era completamente diferente(6). A gente com quem eu iria lidar era completamente diferente. No quartel só se falava em cumprir dever, na bandeira... Defender o Estado... Viva a Pátria... Era o dia inteiro. E aqui fora só se ouvia o interesse particular. A última coisa que eu ouvia falar era em Brasil. A ponto de eu perguntar uma vez a determinado político: "E o Brasil?" Ele disse: "Ora presidente..."

Se os militares conseguiram deitar por terra o conceito de serem instrumento de interesses de classe, a sociedade percebeu a calva insinuação de neutralidade dos mesmos. A massa da burguesia que havia acreditado em 64 ser possível modernizar o Estado "despolitizado" brasileiro, através das "neutras" Forças Armadas, que como lembrou o presidente, só pensava nos interesses da Pátria, voltou-se em 84 contra o Estado Militar. Os efeitos pós vinte anos de autoritarismo transformaram o sonho numa distopia, pois o nacional estatismo tornou-se tão contraproducente para a burguesia em geral quanto o nacional populismo.

Quanto aos dois outros itens, convém registrar que os próprios militares estavam insatisfeitos com a prática de funcionarem como suporte político às crises dos governantes civis. No período pré-64, por exemplo, Goulart achava que detinha um forte dispositivo militar; os conspiradores, também. Isto não gerava consenso nas Forças Armadas (a palavra consenso é muito importante na medida que os militares privilegiam a ordem e não o dissenso) e sim o faccionalismo fardado.

Ao elaborar-se uma Doutrina, houve um aprofundamento do processo institucional castrense, pois, a partir de então, seus membros se conscientizaram da importância de enfatizar a política das Forças Armadas ao invés da política nas Forças Armadas. Inaugura-se o poder militar no lugar do poder dos militares — poderes que não são excludentes, ressalve-se.

Este fator é politicamente ambivalente. De um lado, torna as Forças Armadas um ator político apto a competir com as organizações civis, por possuir uma Doutrina, alto nível de institucionalização interna, organização e ritos próprios. Dialecticamente, contudo, tal situação poderá levar a sociedade civil a ter que desenvolver mecanismos próprios auto-reguladores de conflitos, pois fica patente a impossibilidade de convidar o Exército a vir executar uma simples "operação cirúrgica", para limpeza do organismo social e entrega do poder a novas correntes políticas.

Os militares, todavia, continuam a cultivar a condição especial de inter-

ventores, no instante em que julgam perigar o equilíbrio coletivo. A atual Constituição é vaga neste sentido, não especificando **quando** e **quem** decide que é permitido intervir. Este me parece ser o busílis da questão, em termos do papel reservado aos militares, que a Assembléia Constituinte terá que se defrontar.

Como boa parte dos textos constitucionais não se limita apenas a ordenar a vida do país, mas trata também de sanar males inconvenientes à sociedade, é de se esperar que a Nação tenha suficiente criatividade para solucionar tal gestão. Confesso não ter uma fórmula para tal, o que não me impede de especular sobre o tema. A natureza do liberalismo brasileiro me autoriza a descrever que a clássica solução das Forças Armadas serem subordinadas in totum ao presidente da República possa se efetivar. É extremamente penoso aperfeiçoar uma sociedade liberal a partir de um Estado não liberal.

Submeter toda a sociedade ao poder militar é hipótese descartável pelos militares, como atesta o discurso do dia 5/12/84, do presidente. Figueiredo reviu, no mesmo, alguns conceitos caros à Doutrina de 1964. Para ele, a sociedade como um todo é responsável pela segurança, entendida no sentido nato da palavra: luta pelo bem-estar social, desenvolvimento econômico e funcionamento das instituições políticas. Reconhece que não há solução militar para "as desigualdades sociais, para a deterioração do comportamento político, para a crise econômica". O presidente é taxativo ao dizer que "as Forças Armadas de qualquer nação jamais poderão ser permanentemente o elemento básico do controle social", mas evasivo ao não especificar se os militares se submeteriam à soberania popular como forma de controle social. Em síntese, estão dispostos a suplantarem boa parte da atual doutrina, contudo, continuam se vendo como um grupo diferente, "fechando-se" aos influxos da sociedade civil.

Transformar as Forças Armadas num quisto social em nada adiantará, pois só incentivará a paranóia golpista. Querer escantear os militares devido aos resultados do ciclo revolucionário de 64 é, no mínimo, insensatez. Por exemplo, na Argentina, com a volta de Peron, os militares foram amargamente para os bastidores, mas voltaram sãos e salvos em 1976, golpearam Isabelita Peron e instalaram uma brutal repressão. Mais prudente é refletir sobre o fato de que a história da instituição militar se confunde com a do país, e os acontecimentos das últimas duas décadas não irão apagar esta realidade. Além do mais, ao contrário da elite civil, cujos projetos de vida são extremamente descontínuos, os militares exaltam seu passado e o projetam para o futuro (7). Daí o pavor do revanchismo, não só por receio físico, mas por conta do deslustre da ficha institucional.

Por conseguinte, se o nosso anelo é chegar a uma democracia sem simulacros, é condição *sine qua non* estabelecer uma reforma, a nível constitucional, da tarefa das Forças Armadas, dentro de um contexto mais amplo de reformas globais que reordenem, dentre outras, a sociedade tão inorganicamente organizada e o Estado tão clientelisticamente utilizado. Seria preciso, genericamente, se chegar a um consenso sobre o domínio, ou seja, requerer-se "a elaboração de um conjunto de expectativas — tanto para membros da organização quanto para os não-membros com as quais ela interage — a respeito do que a organização deve ou não fazer" (8).

Como o próprio nome induz, a institucionalização do papel da organiza-

ção militar não será feita unilateralmente pela sociedade. Preceitos constitucionais que visem circunscrever a área de atuação do Exército, sem o seu aval, serão mais uma ficção jurídica. A obtenção deste consenso dependerá em muito da extensão das clivagens políticas em ambos os lados sobre o tema. Neste ponto, as perspectivas são otimistas.

O fato da oposição ter mobilizado facções militares com o propósito de evitar que setores renitentes desferissem um golpe, e não como alternativa de poder, é um alento. Esta é uma das razões pela qual a redemocratização de 85 difere da de 45. Nesta, os militares foram os fiadores do processo, e a prova cabal é que o Marechal Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo PSD/PTB, tinha sido Ministro da Guerra do regime autoritário. Hodiernamente, os militares não se transformaram em alternativa de transição, pois agora, o processo ocorreu praticamente sem tutelas do tipo das de quarenta anos atrás. Mas mesmo assim é cedo para saber se a autoconcepção de poder das Forças Armadas é militarista ou militar<sup>(9)</sup>. É neste espaço que deve ser introduzida a cunha da negociação.

O recente decreto assinado (04/02/85) pelo presidente Figueiredo, por exemplo, concedendo aos militares o poder de baixar atos relativos à transferência para reserva e reforma de oficiais superiores, é claramente uma atitude política que visa a impedir a ingerência do futuro governo nos assuntos internos das Forças Armadas. É antes de mais nada uma prova cabal de que as Forças Armadas adquiriram graus de autonomia cada vez mais elevados em relação ao sistema societal e o grupo procura "fechar-se" aos influxos da sociedade civil<sup>(10)</sup>, no instante que sentem a mínima ameaça de agentes externos.

Teria sido a assinatura deste decreto a garantia exigida por Pires a Tancredo para a demissão do general Newton Cruz? Ou seria uma atitude ofensiva, deliberada, de mostrar aos civis, que não aceitarão o paradigma das democracias liberais, onde o presidente, por ser o comandante das Forças Armadas, dispõe do poder de nomear e transferir de posição os militares?

A discretíssima reação de Tancredo não responde às indagações. Ou tudo já era esperado, e ele teve que pagar por este preço, ou achou prudente ignorar, no momento, esta afronta, por saber que o processo de "civilização" do poder é algo que não ocorrerá tão rapidamente. Ou por fás ou por nefas, os militares nos instantes finais do governo Figueiredo deram seu recado: estão dispostos a tratar o governo com luvas de veludo; o poder, todavia, com mão de ferro.

Portanto, como o processo de democratização requer aquilo que Luciano Martins chama de "teoria do dominó invertido"<sup>(11)</sup> para a rearticulação das estruturas democráticas que foram tragadas pelo regime autoritário, é preciso se pensar nesta Nova República em três compartimentos de poder: Estado, Sociedade e Forças Armadas. Dois conceitos deveras importantes estavam já na época embutidos no projeto de distensão: o conceito de que a divisão do poder não é um jogo de soma-zero (pois se o fosse, não haveria, obviamente, sentido em se falar de liberalização), e que o poder é algo mais relacional que institucional. A negociação da institucionalização do papel social da organização militar, por conseguinte, influenciará sobremodo na obtenção de uma Sociedade/Estado democrático. Se os resultados forem pífios, os ínvios caminhos tenderão a desembocar na nefasta "síndrome boliviana" que medrará um gigantesco cancro auto-

ritário de inimagináveis proporções. Aí, então, esta transição, que tem tudo para, paulatinamente, democratizar formal e substancialmente o Brasil, será vista como um mero emplastro que, após anos de luta, foi capaz de trocar um rutilante futuro político por um mero regime pós-militar.

## 2.2 A Coalisão Continuista

Há pouco referi-me à importância da fragmentação política no processo de obtenção do consenso do domínio. A análise dos bastidores da sucessão presidencial nos levará a constatar que as clivagens militares foram mais agudas que as dos civis, em relação ao processo de transição.

Linz já chamava atenção, em 1973, para o fato de que "sistemas políticos que não possuem partidos políticos que cresçam razoavelmente das demandas e aspirações da população ou um partido de vanguarda que mobilize a sociedade; as ações decisivas serão tomadas pela elite burocrática que controla o aparelho estatal. Isto quer a elite burocrática tenha um black-ground militar, civil, servil, tecnocrático ou empresarial (12).

Esta elite burocrática tornou-se híbrida: militar e civil, via os tecnocratas. Para que fato tão inusitado da história política brasileira ocorresse, foi preciso que um modelo de desenvolvimento econômico e político amparasse esta invasão da administração pública, por estas duas novas forças do cenário caboclo.

O modelo econômico excludente e voltado para o capitalismo internacional necessitava de uma equipe técnica que conseguisse modernizar o Estado, mesmo que significativa parte da população brasileira ficasse à margem deste processo. Os tecnocratas, e seu método, a tecnocracia, foram aos poucos desbancando o suporte empresarial do sistema, pois tinham uma visão nitidamente estatal. O crescimento das estatais foi algo deliberado, pois também servia de nicho para os oficiais da reserva, ou àqueles que por uma razão ou outra foram preteridos de promoções, mas que mereciam a confiança do Sistema.

Toma corpo o bloco militar tecnocrático que irá dominar o aparato de um modo sólido, do primeiro ao terceiro escalão. Inaugura-se o "poder da fechadura", isto é, as portas das grandes decisões, para serem abertas, teriam que passar pelas chaves de alguém que pertencesse a este bloco de poder.

O poder administrativo em sociedades não-democráticas tende, por natureza, ao segredo, pois é aí que reside sua força. Numa situação autoritária, não seria de surpreender que o Estado brasileiro gerasse muitas vezes interesses escusos, difíceis de localizar, devido à falta de fiscalização democrática, mas, fácil de ser manipulado por quem detivesse as informações adequadas. Como lembra Bresser Pereira, "se a relação de produção capitalista é o capital, a tecnoburocracia é a organização".

É neste contexto que brota a força da comunidade de informações. Ela vai deixando aos poucos de ser um órgão técnico-político das Forças Armadas, e suas teias se espalham pela sociedade civil, Estado e voltam-se contra o criador, isto é, as próprias Forças Armadas.

O crescimento desmesurado da comunidade de informações foi obviamente facilitado pela ineficiência do nosso legislativo ante as ações do Executivo. A Lei não exige que o chefe do SNI seja um militar, mas ele o é, além de ter-se

transformado no posto de mais alto "status" do meio militar. É que de lá saíram vários Generais Presidentes, como o próprio Figueiredo, e a promoção do oficialato deixou de ser feita por critérios nitidamente profissionais, tendo antes que passar pelo crivo dos dossiês preparados pelo SNI.

Esta infiltração técnico-política das Forças Armadas *stricto sensu* foi crescendo tanto, a ponto de que "pelo menos 80% dos comandos de unidades do Exército, em todo território nacional, serão preenchidos até março do próximo ano por oficiais oriundos da Comunidade. Portanto, durante dois anos — o período de duração regular dos novos comandos — a estrutura interna da comunidade de informação contará com sólidos pontos de apoio externo"(13).

Fica nítida a estratégia da comunidade de informações: dominar todo o segmento da sociedade tendo como força o poder do segredo, e como escudo a segurança nacional. Numa situação onde a identidade da corporação militar não está sendo questionada, e numa grave crise econômica afetando setores civis então simpáticos ao regime, houve uma reação em cadeia a este poder prolixo.

A sociedade civil passou a ver no militar um concorrente privilegiado, responsável pelo desemprego em áreas típicas da classe média, a dos profissionais liberais. Esta insatisfação manifestou-se com o fim do "milagre" econômico, levando dentre outras a derrota governamental nas eleições de 1974 e na campanha dos empresários contra a estatização da economia.

Foi, no entanto, a percepção em tempo das Forças Armadas do perigo que representava a excessiva politização de seus quadros que contribuiu sobremaneira para estancar o poder do SNI. Os militares perceberam que o respeito à hierarquia e à meritocracia estavam em perigo, pois muitos militares profissionalizados estavam servindo de interesses para elementos não profissionais, que passaram a frequentar os meios castrenses.

Os efeitos desta situação são o enfraquecimento da disciplina, o descaso pelos objetivos profissionais, relegando a segundo plano a segurança e a soberania nacional. O risco maior, todavia, seria a criação de um sistema de poder paralelo, que terminaria por gerar acertos de contas internos, como acontece em qualquer organização que não possui meios de controlar os passos de seus membros.

Se em democracias sólidas, os aparelhos conseguem guardar uma certa autonomia (o Esquadrão Vermelho de Chicago, o FBI de Hoover, o M-5 inglês e a P-2 italiana)(14), quanto mais em situação autoritária, como a que vive o Brasil. Uma nação moderna, democrática, não pode prescindir de um serviço de informações, mas pode discipliná-lo. Se no momento não convém nomear um civil para sua direção, é significativo escolher um militar de ocupações paisanas que seja de confiança do esquema militar que referendou o novo presidente. Em contrapartida, como o Congresso brasileiro é um dos raros do mundo a não possuir uma comissão permanente de supervisão das atividades da comunidade de informações, poder-se-ia alterar a Carta Magna. Seguir-se-ia assim os passos das constituições francesa, inglesa e americana, que prevêem contínuas comissões de supervisão.

O fato do futuro presidente Tancredo Neves ter dialogado com o General Walter Pires, e não com o General Otávio Medeiros, para selar um pacto de transição pacífica, que desta vez as Forças Regulares resolveram dar um basta à coali-

ção continuísta, e como sinal externo e interno demitiram o General Newton Cruz, homem de profundas raízes no SNI, do Comando das tropas de Brasília. Não sabemos com minudências o que as Forças Armadas entendem por democracia; a julgar por este confronto interno, pode-se dizer que não apóiam a criação de um Estado policialesco. Ao que parece, o fator ideológico pesou; no entanto, há uma fortíssima razão de autopreservação. A coalizção continuísta ao politizar o SNI estava pondo em cheque a liderança institucional das Forças Armadas, o que significava na prática estratificar a organização, emperrando o fluxo meritocrático da carreira.

Esta politização marcial intestina erodia a unidade corporativa das Forças Armadas e a insatisfação pelo que ocorria pode ser sentida nas eleições do Clube Militar, no mês de maio de 1984.

A chapa da oposição de cunho nacionalista — “Soberania Nacional” foi derrotada pela lista situacionista do General Tasso Vilar de Aquino, ostensivamente apoiada pelo Ministro do Exército. O placar foi de 63 a 37% em prol de Aquino; no entanto, em relação ao universo total de sócios, 23 mil, apenas 18% dos sócios resolveram votar na cúpula militar. A abstenção foi altíssima e isto teve peso político. No comando militar do planalto, Aquino bateu Serpa na proporção de quatro para um, mas perdeu para a abstenção. O candidato oposicionista venceu em Porto Alegre, Recife e perdeu de pouco na Vila Militar, maior contingente militar da América Latina.

Iliação cristalina desta contenda: “ninguém quer rebelar-se, ninguém quer subverter a hierarquia, ninguém quer desafiar a disciplina, mas Forças Armadas cassaram a carta branca que por ventura algum dia ofereceram ao poder” (15). Esta impressão seria confirmada ao longo do processo sucessório. É só acompanhar com atenção a corrente dos fatos.

### 3. O MODELO DE PRZEWORSKI E AS LIÇÕES ESPANHOLAS

O professor Adam Przeworski desenvolve no seu trabalho “Ama a incerteza e serás democrático” brilhantes considerações acerca do autoritarismo, liberalização e democratização. À luz de suas conclusões, julgo importante estudar a realidade nacional.

1) O que caracteriza os regimes autoritários, segundo ele, é que “alguém tem capacidade efetiva de evitar conseqüências políticas contrárias a seus interesses. Esse ‘alguém’ pode ser uma pessoa (o líder) uma organização (as Forças Armadas, por exemplo), a polícia, o partido, a burocracia ou mesmo algo menos facilmente identificável, como uma “panelinha de grupos e indivíduos (...)”. O aparato de poder autoritário tem a capacidade de impedir a ocorrência de certos resultados políticos através do exercício do controle sobre a sociedade não apenas *ex ante*, mas também *ex post*”.

Como no Brasil não foi instaurado um regime sultanístico, a figura do líder tornou-se secundária. Em termos partidários, afastada a hipótese da “mexicanização”, coube à ARENA e PDS serem o partido do “amém” às ordens do Planalto. Na Espanha, o rei distinguiu-se dos partidos procurando compatibilizar com regime. Aqui, ao contrário, o presidente se comportava mais como presiden-

te do Partido do Presidente, do que como chefe de Estado. A “panelinha de grupos e indivíduos” encaixa no que batizei no texto como poder da “fechadura”; é aí que proliferam os interesses da tecnoburocracia civil e militar. Cabe às Forças Armadas (as Três Armas, Comunidade de Informações e Polícia) as tarefas de controlar a sociedade *ex ante* (por exemplo, a decretação de medidas de emergência em Brasília, momentos antes da votação da Emenda Dante de Oliveira) ou *ex post* (o golpe no vice-presidente Pedro Aleixo, ou as diversas leis casuísticas baixadas após cada derrota eleitoral).

2) A liberalização política “é uma situação — ou quando envolve diversos estágios, um processo — de instituição de liberalidades civis entre as quais o direito à associação independente e o direito de criar organizações políticas através das quais os conflitos possam ser canalizados de modo aberto, sem transformar, no entanto, o aparato do poder e sem atingir sua capacidade de controlar as consequências *ex post*. Assim, a liberalização é um processo pelo qual o aparato de poder permite algum tipo de organização política e interação de interesses, mantendo porém intacta sua própria capacidade de intervir. É uma abertura controlada do espaço político geralmente condicionada à compatibilidade das consequências políticas com os interesses e valores do aparato do poder autoritário”.

Para nós, a liberalização não foi uma situação, mas um processo que compreendeu várias fases de acordo com o mote da distensão “lenta e gradual”. Durante este processo de paulatina conquista dos direitos de cidadania, a sociedade civil não conseguiu frear a capacidade do aparato de poder em controlar *ex ante* e *ex post* seus interesses. Muito pelo contrário, este aparato cresceu tanto durante o processo de liberalização que uma parte dele estava a controlar *ex post* os interesses da outra parte. Nota-se assim um fenômeno interessante: duas linhas paralelas, correndo em sentido contrário, prosperavam. Uma num continuum de conquistas de espaços democráticos, que desembocariam no clamor pela consecução de uma transição não apenas liberalizante, mas democrática. A outra preparava-se para exercer a repressão militar, no instante que a outra linha pressionasse pela “institucionalização da incerteza”. Aí seria o *breakpoint*. Os mentores do gradualismo trabalharam para postergar ao máximo esta ocasião. Se os “duros” vencessem, era o final da liberalização política. Se perdessem, estava aberto o caminho para a democratização da sociedade. Este ponto de rutura foi realmente *sharp*(16) e sentido no exato instante em que a candidatura Tancredo crescia e a de Maluf fazia água. Os ziguezagues da sucessão refletem esta tensão. Estava em jogo a capacidade do aparato autoritário em ceder seu desejo de atuar *ex post* e submeter seus interesses à competição e à incerteza.

Na Espanha esta situação foi abrandada, pois Franco preparou com antecedência sua transição, escolhendo o rei Juan Carlos para comandá-la. Afastou sistematicamente os militares da política. Estes, em termos profissionais, pouco tinham a perder com a troca do regime, pois haviam perdido bastante com a ditadura do Generalíssimo, e havia esperança de melhorar sua situação profissional(17). A Espanha não tinha, como no Brasil, um regime militar bem estruturado para desmontar. A oposição espanhola democrática teve uma margem de manobra muito maior que a brasileira, pois lá as Forças Armadas se mantiveram à

parte da ação governamental durante a fase autoritária, enquanto aqui estavam perfeitamente integradas a ela.

3) É possível sair do autoritarismo e chegar à democracia? Sim, diz Przeworski: “A democracia é possível quando as forças políticas relevantes conseguem encontrar instituições que garantam, com razoável margem de segurança, que seus interesses não serão afetados de modo considerável no decorrer da competição democrática. Mesmo não sendo o resultado exclusivo de um compromisso substantivo, a democracia pode ser o resultado de um compromisso institucional”.

Os interesses do poder autoritário brasileiro estavam genericamente ligados às forças da “sociedade civil” e às do aparelho coercitivo. Vimos que parte das forças da “burguesia” foi rompendo gradativamente o seu tácito pacto com a tecnoburocracia estatal e o capitalismo internacional, sob o aval militar. Esta parte dissidente passou a esposar as idéias da “centro-direita” democrática, apelando simultaneamente para a possibilidade do sistema capitalista poder sobreviver numa sociedade democrática. A direita não democrática, isto é, aquela percebida pelo público como não tendo compromissos com a democratização do país, foi o pilar da candidatura Maluf. Como a centro-direita democrática, leia-se Frente Liberal, mostrou-se o elemento pivô<sup>(18)</sup>, com força suficiente para garantir que os interesses do poder autoritário não fossem alterados substancialmente — pois muitos destes interesses continuarão a ser seus, mesmo num regime democrático —, facilitou a transição do governo. Em um contexto polarizado, a ruptura pactuada seria irrealizável. Ressalve-se que as esquerdas, mesmo a mais radical, ao fazer a mea culpa dos anos 50-60, passaram a apoiar soluções democráticas, mesmo as mais modestas. Quem esperava que o governo Tancredo não fosse continuísta, principalmente no setor econômico, é porque não entendeu o caráter da base social que lhe conferiu a vitória.

Os indícios da transição do regime brasileiro apontam para o fato de que se tentará repetir o fenômeno espanhol: transformar o sistema político sem afetar visivelmente as relações econômicas e a distribuição de renda. O conservadorismo sócio-econômico poderá ser o preço pago pela democratização, pois é o meio mais seguro de garantir os interesses comuns das forças do regime autoritário. Se isto vier a funcionar a contento, a tática proposta por Wanderley Guilherme dos Santos de que a política incrementalista, baseada em aproximações sucessivas, que advoga, “não tanto maximizar a velocidade de descompressão quanto minimizar os riscos da compressão”<sup>(19)</sup>, estará correta.

Convém lembrar, todavia, que se a restrição das transformações sócio-econômicas é o preço da democracia política, a realidade espanhola difere sobremaneira da brasileira. Na época, a economia da Espanha era de pleno emprego com inflação de 30% ao ano e o país não estava endividado externamente como o Brasil. Os partidos ligados às forças operárias têm boas razões para não concordarem com este esquema. Uns optaram pela “pior solução comum”<sup>(20)</sup> temporariamente, outros rechaçaram por acreditar que a democracia “burguesa” foi mantida, só que com mais liberdade. Pressionarão por mudanças substanciais através de greves, etc. Será neste instante que o governo da Aliança Democrática terá que decidir, se alastra os horizontes da democracia ou se se apegando ao conser-

vadorismo<sup>(21)</sup>. Não é demais lembrar que o Brasil formará com a Índia a dupla das maiores democracias pobres do planeta, com 60 milhões de eleitores e 85 milhões de subnutridos.

Espera-se que nas sérias tensões que o país passará em breve, os parlamentares de esquerda e de direita ajam como na Espanha e através de um acordo comprometam-se a não recorrer aos militares para sanar os conflitos que eclodirão. Se isto não acontecer, aí é que não adiantará mesmo pretender culpar as Forças Armadas pelo caráter genericamente autoritário da sociedade brasileira.

## NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 Aparecerá indistintamente no texto os termos Revolução e Golpe de Estado como definidores do Movimento de 64. Isto reflete minha ambivalência, pois vislumbro características multifárias atípicas de um Golpe ou de uma Revolução. A partir de 68 não hesito em afirmar que houve um Golpe de Estado. Não é o objetivo deste artigo discutir, entretanto, tais divergências interpretativas.
- 2 SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Poder e Política. Rio de Janeiro, Forense, 1978. p. 31.
- 3 COELHO, Edmundo. Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, 1976. p. 27.
- 4 Chamo de ciclo revolucionário ao período de controle militar do governo. Não está em discussão se a ideologia deste ciclo se mantém ou não no novo governo sob uma nova capa.
- 5 ROUQUIÉ, Alain. O Estado Militar na América Latina. São Paulo, Alfa-Omega. p. 142; e RODRIGUES, Newton. Militares, FMI e Constituição. Folha de São Paulo, São Paulo, 28/07/85.
- 6 Grifos meus. No Jornal do Brasil (31/5/85), Vilas Boas Correia mostra como os reajustes salariais dos militares são feitos de um modo original: o saldo sobre na cadência da inflação e sobre ele incide o Imposto de Renda. Já a gratificação vai além da inflação e é isenta. A remuneração de um general de quatro estrelas equivalia, em 64, a 18,60 salários mínimos. Hoje, vale 54,46. A disparidade dentro da corporação mostra que há também uma massa diferente na caserna.

### Equivalência com o salário mínimo

Patentes	1964	Hoje
General de duas estrelas	16,39	46,84
Coronel	14,09	39,53
Major	11,81	29,81
Capitão	10,50	24,08
2º Tenente	8,10	15,67
3º Sargento	5,30	10,49
Cabo	3,68	5,80
Soldado	2,51	3,35

- 7 BARROS, Alexandre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02/08/81.
- 8 COELHO, Edmundo. *op. cit.*, p. 154.
- 9 FAORO, Raymundo. *Democratização e as Forças Armadas*. Recife, Conferência Nacional da OAB, 1984. p. 14-5.
- 10 COELHO, Edmundo. *op. cit.*, p. 27.
- 11 Citado por SHOLK, Richard. *Comparative Aspects of the Transition from Authoritarian Rule*, The Wilson Center. p. 32 (Working Papers, 114).
- 12 THE FUTURE of an Authoritarian situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime in: STEPAN, Alfred (ed.) *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press, 1976. p. 252.
- 13 *Folha de São Paulo*, 25/12/84.
- 14 PRZEWORSKI, Adam. Polônia: A Ditadura dos Homens sem Rosto. In: LAMOUNIER, Bolivar. *A Ciência Política dos Anos 80*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 82.
- 15 *Senhor*, 30/05/84.
- 16 SCHMITTER, Philippe. *Authoritarian Experiences, The Prospects Democracy*, p. 32 (mimeografado).
- 17 HUNEENS, Carlos. *La Transición a la Democracia en España: Implicancias para America Latina*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1984, p. 9 e 20 (Série Estudos, 33).
- 18 Elemento-pivô é uma expressão usada na terminologia eleitoral, para apontar o partido cujos votos serão capazes de decidir que tipo de coligação majoritária será tomada.
- 19 SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *op. cit.*, p. 153.
- 20 De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos, a "pior solução comum" existe quando "as partes envolvidas preferiram a alternativa de não haver acordo algum. Trata-se do reconhecimento prévio, ou descoberto no censo das negociações de que existe uma solução tal que, sendo talvez a pior para ambas as partes, ainda assim é preferível ao imprevisível da situação de não acordo" (A "Negociação que não houve", *Novos Estudos Cebrap*, nº 10, outubro 1984, pág. 43). Nesta situação não consensual, tendem a ficar de fora desta grande coalização os grupos "puristas", isto é, aqueles que, ao perceberem que o ideal não pode ser obtido, preferem apostar no não acordo, por cálculo político ou rigidez ideológica. Na presente sucessão desempenhou este papel o Partido dos Trabalhadores, deputados isolados e alguns militares e civis radicais de direita.
- 21 Na Espanha as leis eleitorais, pós-Franco, foram elaboradas no sentido de dificultar ao máximo a vitória da esquerda. Foi um modo de assegurar a estabilidade da transição. Hoje o Partido Socialista está no Poder e ninguém questiona seu compromisso com a democracia. É muito cedo para se prever algo no Brasil, mas é um erro supor que o país seja incapaz de gerar no futuro uma democracia bem voltada para o social.